# A Clonsta

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 7 de dezembro de 2023 • Nº 1697 • R\$ 1,00 www.diariodoacionista.com.br

Arnaldo Niskier

Inteligência artificial na berlinda

PÁGINA 3

CONGRESSO

## CMO aprova receita do Orçamento com R\$ 5,6 tri

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem, o relatório de estimativa de receitas do projeto de orçamento de 2024 com um total de R\$ 5,6 trilhões. A proposta aprovada no colegiado sugeriu um aumento de arrecadação em torno de R\$ 800 milhões, maior parte decorrente do incremento em receitas com royalties do petróleo. O texto aprovado, por outro lado, previu uma queda na arrecadação ao incluir a prorrogação de incentivos fiscais da Sudam e Sudene, do programa Minha Casa, Minha Vida e do Reporto. O projeto, no entanto, não previu a prorrogação da desoneração da folha de 17 setores, medida que gera impacto em torno de R\$9 bi. A proposta foi vetada pelo presidente Lula, mas o Congresso quer derrubar o veto. PÁGINA 2

#### EMENDA APROVADA

## Câmara proíbe 'todes' em órgãos públicos

A Câmara aprovou, o projeto de lei que institui uma política nacional de linguagem simples em órgãos públicos. Nele, foi incluída a proibição do uso de linguagem neutra. Pelo texto, "novas formas de flexão de gênero e número das palavras da língua portuguesa", como "todes", não poderão ser usadas em comunicações com a população. A proposta, agora, será analisada pelo Senado. O projeto de 2019, de autoria de Erika Kokay (PT-DF), foi aprovado com o substitutivo do relator Pedro Campos (PSB-PE). Ele não tratava sobre a utilização da linguagem neutra na administração pública. Após a aprovação do texto, os deputados aprovaram a emenda de Junio Amaral (PL-MG) sobre o tema. PÁGINA 5

CLIM

# 2023 será ano mais quente já registrado

O ano de 2023 será o mais quente já registrado na história, mostram dados recolhidos pelo observatório europeu Copernicus, de acordo com divulgação feita ontem. As informações coincidem com a realização da Conferência do Clima das Nações Unidas (COP28) em Dubai, onde são discutidas as questões relacionadas aos impactos dos combustíveis fósseis. Conforme o Copernicus, novembro de 2023 foi o 11° mês do ano mais quente já registrado mundialmente, com uma tem-

peratura média global de 14,22°C, um valor 0,85°C acima da média para o período de novembro de 1991-2020 e 0,32°C acima da temperatura do novembro mais quente anterior, em 2020. "A anomalia da temperatura global para novembro de 2023 foi equivalente à de outubro de 2023, e apenas inferior à anomalia de setembro de 2023 de 0,93°C", consta no relatório. Novembro deste ano também foi cerca de 1,75°C mais quente do que a média estimada de novembro. **PÁGINA 5** 

VENDA DA ÃGUA

# Alesp aprova privatização da Sabesp em sessão esvaziada



Em uma sessão esvaziada após confronto de Policiais Militares com manifestantes, a base aliada do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) (foto) aprovou na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Foram 62 votos a favor e apenas um contrário ao projeto enviado pelo governador de São Paulo. Eram necessários 48 votos para a aprovação. A oposição estava ausente da votação e indica que pode questionar judicialmente a realização da votação ainda na noite desta quarta-feira, quando houve tumulto, uso de gás de pimenta e confronto no plenário. Deputados da oposição disseram que haveria cerceamento da atividade parlamentar se o presidente da Casa, André do Prado (PL-SP), insistisse na continuidade dos debates. Manifestantes contra a privatização forçaram um vidro que separa o plenário da plateia e tentaram invadir o local. Para contê-los, agentes da PM usaram gás de pimenta. PÁGINA 3

DINHEIRO EM CAIXA

# Lula cobra recursos do Tesouro para BNDES poder investir mais



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) disse ontem, que o Brasil "não pode achar que não tem dinheiro". Lula defendia uma participação crescente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no mercado de crédito nacional. "Não podemos achar que (o Brasil) não tem

dinheiro. Se não tiver salário, emprego e consumo, o Brasil vai ficar na bancarrota. O BNDES é peça importante nisso. O Tesouro não pode ter R\$ 1 trilhão e sei lá quanto, R\$ 2 trilhões guardados, e o BNDES comendo pão seco sem mortadela", disse Lula a favor da política expansionista do banco. PÁGINA 2

Anvisa

## Rio terá fornecimento de canabidiol pelo SUS

O estado do Rio terá uma política estadual de fornecimento gratuito de medicamentos à base de canabidiol (CBD) e tetra-hidrocanabinol (THC) para pessoas que não têm condições financeiras de arcar com os custos desse tratamento. O acesso ao medicamento no estado será pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e está previsto na lei 10.201/23, publicada ontem no Diário Oficial. No Brasil, o tratamento com canabidiol foi liberado pela Anvisa para 12 tipos de doenças. A produção local, no entanto, não foi liberada para a população, o que faz com que o canabidiol usado no Brasil seja importado, encarecendo o medicamento e dificultando o acesso de pessoas de baixa renda. PÁGINA 4

INDICADORES																					
	IBOVESPA	A: -1,01% / 125.622,65 / -1.280,60 / Volume: R\$ 22.462.643.697 / Negócios: 3.558.515											Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.320,00	IGP-M	0,59% (nov.)	EURO turismo	
	Maiores Altas	Altas			Maiores Baixas				Mais Negociadas			Fechamento %			Ufir	R\$ 4,3329	IPCA-15	0,33% (nov.)	Compra: 5,3284	Venda: 5,5084	
	Preço % Os			scil.	. Preço %		%	% Oscil. Preço % Osc			Oscil.	Dow Jones 36.054,43 -0,19 <b>Tax</b>		Taxa Selic	CDI			DÓLAR Ptax - BC			
	P.ACUCAR-CBDON NM	3.98	+3.92	+0.15	RAIZEN PN N2	3.560	+2.89	+0.100	PETROBRAS PN N2	33.50	-3.60	-1.25	NASDAQ Composite	14.146,712	-0,58	(01/11)	12,25%	(01/11)	12,15%	Compra: 4,9031	+0,99%
	CVC BRASIL ON NM	3.69	+2.79	+0.10	VIBRA ON NM	21.79	-0.86	-0.19	VALE ON NM	72.37	-0.66	-0.48	CAC 40	7.435,99	+0,66	Poupança 3		OURO		DÓLAR comercia	al
	MAGAZ LUIZA ON NM	2.17	+1.40	+0.03	BRF SA ON NM	13.88	-4.34	-0.63	PETRORIO ON NM	41.44	-3.99	-1.72	FTSE 100	.515,38	+0,34	(06/12)	0,6072%	BM&F/grama	R\$ 320,00	Compra: 4,9013	Venda: 4,9019
•	CYRELA REALTON NM	21.96	-1.48	-0.33	MARFRIG ON NM	9.43	-1.05	-0.10	SUZANO S.A. ON NM	51.07	-0.74	-0.38	DAX	16.656,44	+0,75	TR		<b>EURO Comercial</b>		DÓLAR turismo	
•	CASAS BAHIA ON NM	0.540	-1.82 -	-0.010	SAO MARTINHOON NM	29.94	-4.44	-1.39	ITAUUNIBANCOPN EJ	N131.52	-0.88	-0.28	Ftse Mib	30.360,54	+0,92	(06/12)	0,1067%	Compra: 5,2782	Venda: 5,2788	Compra: 4,9143	Venda: 5,0943

Mercados

## Bolsa cai 1,01% puxada por petróleo e fecha em 125,6 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL, AMÉLIA ALVES E MARCELA VILLAR/AE

Em perda de sustentação desde o começo da etapa vespertina, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) encerrou ontem no menor nível desde o último dia 24, e operou abaixo dos 126 mil pontos em boa parte da tarde, refletindo em especial a queda de Petrobras (ON -2,38%; PN -3,6%, mínima do dia no fechamento), alinhada à acentuação da correção dos preços do petróleo após a divulgação semanal dos estoques dos Estados Unidos.

Assim, o Índice Bovespa (Ibovespa) encerrou em baixa de 1,01%, a 125.622,65 pontos, bem mais perto da mínima (125.614,35), do fim da tarde, do que da máxima (127.537,55) do dia, em que saiu de abertura aos 126 906,70. O giro ficou em R\$ 22,8 bilhões ontem. Na semana, o Ibovespa cai 2% e, nas quatro primeiras sessões de dezembro, recua 1,34%. No ano, sobe 14,48%, alavancado por alta de 12,54% em novembro.

Ao longo da tarde, a virada observada na maior parte do setor metálico (Vale ON -0,66%, Gerdau PN -0,04%, CSN ON -0,29%), a despeito do avanço de 2,76% no preço do minério de ferro no mercado futuro de Dalian (China), colocou pressão extra sobre o Ibovespa, em dia já bem negativo para as duas ações de Petrobras, com a queda em torno de 4% para os preços do petróleo, que lançou a referência americana, o WTI, abaixo de US\$ 70 por barril pela primeira vez desde junho.

Para piorar, o sinal único dos grandes bancos foi negativo, com BB (ON -2,14%) ainda à frente da correção e Santander (Unit -1,54%) no piso do dia no encerramento. Na ponta perdedora do Ibovespa nesta quarta-feira, destaque para São Martinho (-4,44%), BRF (-4,34%), PetroRecôncavo (-4,33%) e Prio (-3,99%), logo à frente da preferencial de Petrobras (-3,6%). No lado oposto, Hypera (+6,03%), Pão de Açúcar (+3,92%), Raízen (+2,89%) e CVC (+2,79%).

#### DÓLAR CAI 0,47%

O dólar à vista emendou ontem o segundo pregão seguido de queda no mercado doméstico de câmbio, mas ainda se manteve acima da linha de R\$ 4,90.

Com sinal negativo desde a abertura, o dólar à vista chegou a romper o piso de R\$ 4,90 no fim da manhã e registrou mínima a R\$ 4,8891 (-0,74%).

No fim do dia, o dólar à vista era cotado a R\$ 4,9024, recuo de 0,47%. Na semana, a divisa ainda apresenta valorização de 0,44%, graças à alta de 1,39% na segunda-feira passada.

DINHEIRO EM CAIXA

## Lula cobra recursos do Tesouro para BNDES poder investir

da Silva disse ontem, que o Brasil "não pode achar que não tem dinheiro". Lula defendia uma participação crescente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no mercado de crédito nacional.

"Não podemos achar que (o Brasil) não tem dinheiro. Se não tiver salário, emprego e consumo, o Brasil vai ficar na bancarrota. O BNDES é peça importante nisso. O Tesouro não pode ter R\$ 1 trilhão e sei lá quanto, R\$ 2 trilhões guardados, e o BNDES comendo pão seco sem mortadela", disse Lula a favor da política expansionista do banco.

As afirmações foram feitas na própria sede do BNDES, no Rio de Janeiro, durante cerimônia de assinatura de contratos de captação da ordem de US\$ 1,7 bilhão (R\$ 8,5 bilhões) do BNDES junto ao Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o Banco dos Brics. Os valores servirão a financiamentos de infraestrutura sustentável e de mitigação e adaptação às mudanças do clima. Lula defendeu que o Brasil tem reservas internacionais robustas e fez um superávit comercial na casa dos US\$ 100 bilhões, o que dá segurança aos planos do governo.

Em tom bem-humorado, o presidente disse ter conversado com a presidente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, no início do ano, a quem tran-

GABRIEL VASCONCELOS/AE quilizou e disse que o Brasil cresceria muito acima de O presidente Luiz Inácio Lula 0,8%. Segundo ele, o crescimento na casa dos 3% "ainda é pouco", mas 2,2 pontos percentuais acima do projetado, o que surpreendeu positivamente o mundo. Ele disse que, agora, mandaria o resultado a Georgieva.

#### **OUTRAS MOEDAS**

O presidente voltou a defender a realização de operações financeiras e comerciais pelo Brasil em outras moedas para além do dólar. "Vamos aprender a negociar sem ter o dólar como moeda padrão. Por que eu preciso negociar com outro país com dólar? Só com os Estados Unidos, que tem a casa da moeda do dólar", disse.

Ele defendeu mecanismos multilaterais como o Banco dos Brics e disse que, em recente visita à Arábia Saudita, pediu às lideranças do País para aportar capital na instituição do Bloco no qual acaba de ingressar.

"O Banco dos Brics tem que ser mais rico que o FMI", afirmou Lula, arrancando risadas da plateia. Antes do presidente, sua antecessora e atual presidente do Banco dos Brics informou que o Brasil já tem US\$ 2,8 bilhões em empréstimos assinados com a instituição em 2023, valores ainda a serem desembolsados.

Lula afirmou estar conseguindo cumprir a estratégia de recuperar a imagem do Brasil no exterior e voltou a criticar seu an-

# CMO aprova receita do Orçamento com R\$ 5,6 tri

Orçamento (CMO) aprovou ontem, o relatório de estimativa de receitas do projeto de orçamento de 2024 com um total de R\$ 5,6 trilhões. A proposta aprovada no colegiado sugeriu um aumento de arrecadação em torno de R\$ 800 milhões, maior parte decorrente do incremento em receitas com royalties do petróleo.

O texto aprovado, por outro lado, previu uma queda na ar-

Comissão Mista de recadação ao incluir a prorrogação de incentivos fiscais da Sudam e Sudene, do programa Minha Casa, Minha Vida e do Reporto. O projeto, no entanto, não previu a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos aos 17 setores, medida que gera impacto em torno de R\$ 9 bilhões. A proposta foi vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas o Congresso promete derrubar o veto.

Além da prorrogação do be-

nefício aos 17 setores, o Congresso também incluiu no projeto um dispositivo que reduz de 20% para 8% a alíquota previdenciária das prefeituras de municípios com até 142 mil habitantes. A estimativa é que a medida atinja mais de 3 mil municípios no País e tenha impacto fiscal de cerca de R\$ 11 bilhões, segundo cálculos da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

De acordo com técnicos de orçamento ouvidos pela reportagem, se derrubado o veto à desoneração, o relator da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), deve alegar que a atualização dos números está fora da sua atuação, já que ela fica centrada na despesa. Na prática, a missão ficará a cargo do Executivo no ano que vem, que terá que ajustar os números durante a execução do orçamento, seja elevando algum imposto ou mediante corte na programação

TURMA DE BOLSONARO

# Ministro da Agricultura negocia mais R\$ 500 mi para seguro rural

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, disse ontem que negocia com a equipe econômica mais R\$ 500 milhões para o programa de subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). A declaração foi dada durante audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

De acordo com o ministro, em 2023, o valor reservado no Orçamento, de R\$ 933 milhões, já foi consumido, mas há necessidade de mais recursos devido às dificuldades climáticas enfrentadas pelos produtores rurais e ao aumento do preço das apólices. "Não podemos fechar o ano sem aportar, pelo menos, mais R\$ 500 milhões para o seguro rural. É prioridade total e não há nenhuma insensibilidade do governo com relação a isso", disse.

O seguro rural é um auxílio fornecido pelo governo federal para que o produtor possa contratar uma apólice para cobrir riscos à safra, como estiagens. O orçamento para essa ação tem girado em torno de R\$ 1 bilhão desde 2020.

O deputado Afonso Hamm (PP-RS) defendeu o fim do contingenciamento dos recursos o ao Prêmio do Seguro Rural. Ele é autor de um projeto de lei nesse sentido que tramita na Câmara, o PL 1511/23. "É muito importantes evoluirmos para que não possa haver cortes. Hoje, o seguro agrícola é um fazde-conta", disse.

LEITE

Durante a audiência, deputados pediram apoio do ministro à cadeia do leite, que enfrenta crise devido à alta das importações e à queda do preço aos produtores brasileiros. Em outubro, um decreto passou a conceder benefício fiscal às empresas de la-

reservados no Orçamento para ticínios ou cooperativas que comprarem leite no Brasil. O texto, entretanto, prevê um prazo de 90 dias para que mudança tributária entre em vigor e os efeitos do decreto só entram em vigor no fim de janeiro.

> O deputado Domingos Sávio (PL-MG) lamentou que o decreto editado para ajudar o segmento só vá produzir efeitos a partir de janeiro. Para o parlamentar, a existência do prazo incentivou os importadores a fazerem estoques de leite, prejudicando ainda mais o segmento nacional. "Isso agravou o problema, porque aí aumenta a importação", disse.

# Cesta básica fica mais cara em nove capitais em novembro

**ELAINE PATRICIA** DA CRUZ/ABRASIL

O custo da cesta básica subiu em novembro em nove das 17 capitais brasileiras analisadas pela Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

A maior alta registrada no mês ocorreu em Brasília, onde o custo médio da cesta básica subiu 3,06%. A maior queda foi registrada em Natal, com redução de 2,55%, seguida por Salvador, redução de 2,17%, Fortaleza, menos 1,39%, e Campo Grande, com menos 1,2%. Porto Alegre foi a única capital que não apresentou variação no custo da cesta.

A cesta mais cara do país foi encontrada em São Paulo, onde o conjunto dos alimentos básicos custava, em novembro, em torno de R\$ 749,28. Nas capitais do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram registrados em Aracaju, por R\$ 516,76; João Pessoa, R\$ 548,33, e Salvador, R\$ 550,86.

Com base no valor da cesta mais cara, o Dieese calculou qual seria o salário mínimo ideal no país para cobrir as despesas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência. Segundo a entidade, o salário mínimo deveria ser de R\$ 6.294.71 ou 4.77 vezes o valor do mínimo atual, fixado em R\$ 1.320.

FAZENDA

# Desenrola já renegociou R\$ 29 bilhões em dívidas

LUCIANO NASCIMENT/ABRASIL

O Desenrola, programa do governo federal, renegociou até o momento R\$ 29 bilhões em dívidas de 10,7 milhões de brasileiros, informou ontem o Ministério da Fazenda. Ao apresentar o balanço da fase 2 do programa, o secretário de Reformas Econômicas do ministério, Marcos Barbosa Pinto, disse que nessa fase, até o momento, 1 milhão de pessoas renegociaram R\$ 5 bilhões em dívidas.

A segunda fase do programa

contempla negociações de dívidas negativadas de 2019 a 2022, e cujo valor, atualizado, seja inferior a R\$ 20 mil. Também estão incluídas dívidas bancárias, como cartão de crédito, e as contas atrasadas de outros setores, como energia, água e comércio varejista.

Desses R\$ 5 bilhões, R\$ 4,46 bilhões foram descontados e 2,2 milhões de contratos renegociados. Ainda de acordo com o balanço, 53% dos contratos foram renegociados com parcelamento e 47% à vista. O ticket médio

foi de R\$ 248 para os pagamentos à vista e de R\$ 791 para os parcelados. O celular foi o meio mais utilizado para as renegociações, somando 82%, e o notebook ficou com 18%. A média de tempo para concluir a renegociação foi de 4min8s.

A média dos descontos foi de 90% para as negociações à vista e de 85% para o parcelado, com média de juros de 1,8% e quantidade média de 11 parcelas. Do total de pessoas que decidiram quitar a dívida à vista, 75% utilizaram o Pix e 25% o boleto. No caso do parcelamento, 91% preferiram o boleto e 9% o débito automático.

Um exemplo citado pelo ministério é o de quem tinha uma dívida original de R\$ 835,02 e conseguiu um desconto de 98,6%, pagando ao final R\$ 10,91. Em outro caso, uma pessoa com uma dívida original de R\$ 17,9 mil, conseguiu reduzir o valor para R\$ 5,3 mil, dividindo o pagamento em 59 parcelas, com juros de 1,49% ao mês.

"Um exemplo é quem tem uma dívida no cartão de crédito. No Desenrola, a pessoa vai trazer uma dívida de R\$ 10 mil para R\$ 1 mil e, a partir do momento em que ela renegociou, os juros dela caem de 500% ao ano para 1,8% ao mês, já que a média de juros nos cartões é de 15% ao mês. E a pessoa não precisa pagar a primeira parcela à vista.

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908 Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002 Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000 Tel.: (11) 2655-1899

#### Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

**FELIPE SOARES - Diretor** HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com



PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

# Alesp aprova privatização da Sabesp em sessão esvaziada

MATHEUS DE SOUZA E BEATRIZ BULLA/AE

m uma sessão esvaziada após confronto de Policiais Militares com manifestantes, a base aliada do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) aprovou na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

Foram 62 votos a favor e apenas um contrário ao projeto enviado pelo governador de São Paulo. Eram necessários 48 votos para a aprovação. A oposição estava ausente da votação e indica que pode questionar judicialmente a realização da votação ainda na noite desta quarta-feira, quando houve tumulto, uso de gás de pimenta e confronto no plenário.

Deputados da oposição disseram que haveria cerceamento da atividade parlamentar se o presidente da Casa, André do Prado (PL-SP), insistisse na continuidade dos debates.

Manifestantes contra a privatização forçaram um vidro que separa o plenário da plateia e tentaram invadir o local. Para contêlos, agentes da PM usaram gás de pimenta. A substância se espalhou por todo o plenário e fez deputados esvaziarem o local às pressas.

Imagens de policiais militares agredindo manifestantes com cassetetes passaram a circular nas redes sociais e foram divulgadas pela oposição. O debate chegou a ser interrompido por cerca de 40 minutos. Deputados da oposição disseram não haver condições de retomar a votação nesta quartafeira e afirmaram que haveria cerceamento da atividade parlamentar se o presidente da Casa, André do Prado (PL-SP), insistisse na continuidade dos debates.

Prado, no entanto, retomou a

sessão após as 20h. A base de Tarcísio acusou a oposição de "orquestrar" a situação para protelar

Deputados da base aliada fizeram seus pronunciamentos no microfone com a voz trêmula, em razão do gás presente, e relataram a dificuldade em permanecer no local. "Isso foi preparado, foi orquestrado", disse o deputado Barros Munhoz (PL).

"PT, PCdoB, PV, PSOL, PV, PSB tomamos a decisão de que é impossível voltar para o plenário nas condições que nós temos lá dentro", disse o deputado Paulo Fiorilo (PT). "Temos deputados e deputadas que não podem participar nessa situação", disse o petista, que mencionou o caso de uma deputada grávida e deputados de idosos. "É um erro e um equívoco continuar esse processo hoje", afirmou. Eles pediam que o presidente da casa adiasse a votação para a próxima terça-feira.

A oposição deve se reunir hoje, para deliberar o que pode ser feito. Apesar das acusações de que houve cerceamento da atividade parlamentar, integrantes do PT ouvidos pela reportagem dizem acreditar não haverá um caminho para questionar a realização da votação, que deu vitória folgada a Tarcísio.

#### **PARTICIPAÇÃO**

Com a aprovação da privatização, o Estado de São Paulo pretende reduzir sua participação na companhia (hoje correspondente a 50,3%) para algo em torno de 15% a 30%. O modelo será o de follow on, oferta de ações subsequentes. Seu valor de mercado hoje é de cerca de R\$ 46 bilhões.

A aprovação da Alesp é uma licença para o governo do Estado seguir com os planos, mas ainda não há indicação por parte do Palácio dos Bandeirantes de quanto pretende arrecadar com a venda, pois o governo não indicou qual deve ser sua participação A promessa do governo paulista é fazer isso até janeiro.

A Sabesp é uma empresa de economia mista, responsável pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto de 375 municípios paulistas. A empresa atende 28,4 milhões de pessoas com abastecimento de água e 25,2 milhões com coleta de esgotos.

A votação foi uma vitória política do governador Tarcísio de Freitas, que fez a promessa de privatizar a companhia durante a campanha eleitoral do ano passado. Ele promete transformar a Sabesp em uma multinacional de saneamento.

O principal argumento do governo e da base aliada a favor da privatização é a antecipação da universalização do saneamento, prevista no Marco Legal do Saneamento Básico, de 2033 para 2029. O governo também promete incluir áreas rurais e urbanas hoje não contempladas, incluindo 1 milhão de pessoas na área de cobertura da Sabesp.

A empresa previa investimentos de R\$ 56 bilhões para atingir as metas de universalização até 2033. Com a privatização, o governo diz que irá garantir R\$ 10 bilhões extras para antecipar e ampliar os serviços e para destinar recursos a um fundo usado para redução da tarifa cobrada do consumidor.

O projeto de lei aprovado prevê que 30% do valor obtido com a privatização seja destinado ao Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento no Estado de São Paulo (chamado Fausp), vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. A intenção é garantir tarifas baixas com o fundo, mas o governo é criticado por não indicar por quanto tempo esse fundo deve segurar o aumento na conta de água.

Na proposta enviada à Assembleia, o governo do Estado estabelece que pode vetar algumas decisões relativas à companhia, mesmo depois da privatização. Isso inclui decisões sobre mudança de nome, da sede, da atividade econômica ou o limite máximo de votos que um acionista pode ter na empresa

A oposição a Tarcísio promete brigar na justiça para impedir que a privatização vá adiante. A oposição já recorreu, sem sucesso, ao judiciário na tentativa de barrar a tramitação do projeto de lei. Um dos argumentos levantados por deputados do PT é o de que a privatização não poderia ocorrer por projeto de lei ordinária e depende de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) estadual.

#### **LUCRO E TARIFA**

O modelo de privatização, com investimento para compra das ações pelos novos controladores, dificilmente vai levar à redução dos valores cobrados pela empresa pelos serviços, afirma o professor André Lucirton Costa, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. "A tarifa, agora, vai ter um item a mais (na composição), que é o pagamento do preço (de compra) da Sabesp. Além de ter (os custos) de operação, tem o custo também do retorno do investimento", destacou.

De acordo com o especialista, o bom desempenho da Sabesp ao longo dos últimos anos faz com que a venda da companhia tenha pouco sentido. Em 2022, a empresa registrou lucro de R\$ 3,1 bilhões. Desse montante, 25% foram revertidos como dividendos aos acionistas, R\$ 741,3 milhões e R\$ 5,4 bilhões, destinados a investimentos.

Atendendo, 375 municípios com 28 milhões de clientes, o valor de mercado da empresa chegou, em 2022, a R\$ 39,1 bilhões.

#### **Arnaldo Niskier**

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

### Inteligência artificial na berlinda

A inteligência artificial integra o que hoje chamamos de quinta geração de negócios digitais. No Brasil, prepara-se um projeto de lei que será o marco inicial da IA em nosso país. O texto abordará questões como privacidade, respeito aos direitos humanos e proteção de dados. Resumindo, não é pouco. Enquanto isso, amadurece a convicção de que a IA pode ser de extrema utilidade para a educação brasileira, se conseguirmos livrar o seu campo das imprecisões despropositadas.

No meu passeio habitual pela Livraria Travessa, tenho a minha atenção despertada para um novo lançamento da Globo Livros: "Simples Inteligência Artificial", com capítulos muito interessantes: A História da IA, A IA Estatística, Mil e uma utilidades da IA, Filosofia da IA e Vivendo com IA (mito ou realidade?) Ao final do pequeno guia, as três leis de Asimov compõem o que chamamos de Ética Integrada. Tudo parte de um clássico pensamento do filósofo Sócrates: "Eu sei que sou inteligente porque eu sei que nada sei." Trata-se de uma verdade com a qual custamos a nos acostumar.

Quem deseja se aprofundar na matéria precisa conhecer as três leis de Asimov, para entender o que é Ética Integrada. Isaac Asimov (1920-1992) formulou o que chamou de "as três leis da Robótica", hoje fundamentais para conhecer o que se passa nesse mundo fascinante e inovador. A primeira lei de Asimov afirma que um robô não pode ferir um ser humano nem permitir, por inação, que um ser humano seja ferido; a segunda lei estabelece que um robô deve obedecer às ordens que lhe são dadas por seres humanos, exceto em situações em que elas entrem em conflito com a primeira lei. E a terceira lei é ainda mais simples: um robô deve proteger sua própria existência, desde que essa proteção não entre em conflito nem com a primeira, nem com a segunda lei. Foi com essas considerações que Asimov escreveu os seus livros, apreciados no mundo inteiro.

IAs deixadas sem regulamentação podem ser a causa de grandes danos, como se teme hoje em dia. Assim, para evitar o alto risco, as Ias devem ser altamente reguladas, especialmente nos campos da segurança, da lei, do trabalho e, para nossa felicidade, no da educação.

RIBEIRÃO PRETO

# Prefeitura: PT fará prévias para escolher candidato

ZECA FERREIRA/AE

O PT vai escolher o seu candidato à prefeitura de Ribeirão Preto no dia 24 de fevereiro do ano que vem. A data foi definida numa reunião na noite de segunda-feira passada, na sede municipal da legenda.

A realização das prévias foi o caminho encontrado pelo partido para definir o nome que vai representá-lo nas eleições de 2024, uma vez que nenhum postulante à vaga obteve o apoio de dois terços do diretório municipal

retório municipal.

Atualmente, existem cinco cotados para disputar as prévias do partido. Para encabeçar a chapa petista na disputa pelo comando de Ribeirão, o candidato deverá conquistar o apoio da maioria dos 5,3 mil filiados da legenda na cidade.

A expectativa é de que as prévias contem com a participação de Antônio Machado, candidato do PT em 2020, que obteve somente 6,8% dos votos, da vereadora Duda Hidalgo, do médico Ulysses Strogoff, do advogado Ricardo Sobral e do professor Fábio Sardinha.

"Para muito além do debate de nome X ou Y, o mais importante é que possamos debater o nosso projeto de cidade", declarou a vereadora Duda Hidalgo.

Segundo ela, o partido vai se mobilizar no próximo ano não só para disputar a prefeitura, como também para aumentar a bancada do PT na Câmara Municipal de Ribeirão Preto. FRAUDES

# SP deflagra operação de combate à sonegação fiscal

O Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Estado de São Paulo (CIRA-SP) deflagrou, ontem, a Operação Vênus, que visa desarticular fraude fiscal estruturada e inadimplência fraudulenta perpetrado por grupo econômico atuante no comércio de vestuário, explorador de renomadas marcas de sua titularidade por meio de mais de 200 lojas próprias espalhadas por todo o território nacional.

O CIRA-SP é integrado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP), Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Ministério Público Estadual (GAE-CO). A Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) participam da Operacão Vênus.

Na ocasião, foram cumpridos mandados de busca e apreensão nas cidades de São Paulo, Jundiaí, Guarulhos, Santo André, Campinas e Colatina (ES). Todos expedidos pela 2ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital, com a participação de 21 integrantes do Ministério Público, 60 auditores fiscais da Sefaz-SP, seis auditores fiscais federais, quatro procuradores da Fazenda Nacional, 19 integrantes da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), além de 104 policiais civis e 31 policiais militares, ambos do estado de São

Segundo as investigações do CIRA-SP, iniciadas em 2022, revelou-se, em associação a ro-

bustos episódios de sonegação fiscal e indevida redução de tributos devidos, inclusive via operações simuladas, fortes indícios de implementação de um esquema de blindagem e ocultação patrimonial com uso de interpostas pessoas ("laranjas"); offshores (empresas e contas bancárias abertas no exterior); cessões de bens e recebíveis em fraudes à execução.

Tudo para garantir, ao longo de toda a atuação fiscal, o esvaziamento da cobrança e a proteção ilegítima das riquezas do grupo, avolumadas em grande parte às custas do tesouro público e de atuantes em um cenário de regularidade tributária e concorrencial.

Como resultado de tal fraude fiscal estruturada, aferiu-se, no curso das investigações, um passivo total acumulado pelo grupo perante o Estado de São Paulo em ordem superior a R\$ 2,5 bilhões, relacionados a débitos de ICMS inscritos e ainda não inscritos em dívida ativa. Além disso, o grupo possui um passivo junto à União em quantia atualmente superior aos R\$ 600 milhões.

aos R\$ 600 milhões.

Na seara criminal, a despeito das fortes evidências de sonegação fiscal, que também poderão acarretar novas autuações e sanções administrativas, emanaram, também, indícios de organização criminosa, lavagem de capitais por meio de empresas patrimoniais e em nome de terceiros e offshores, cuja investigação robustece o escopo da operação.

Espera-se, para além da recuperação de créditos tributários estaduais e federais estimada em R\$ 3 bilhões e da regularização fiscal pelos investigados, um efeito dissuasivo no segmento econômico, possivelmente contaminado com práticas semelhantes de outros agentes, demonstrando a capacidade de atuação integrada das instituições do Estado.

#### SOBRE O CIRA-SP

O CIRA-SP foi criado em agosto de 2020, em resolução conjunta, com a finalidade de aprovar medidas a serem adotadas contra sonegadores e empresas que persistem em ser devedoras. Este modelo de trabalho potencializa a sinergia das instituições integrantes e torna a atuação do Estado mais célere e eficaz. Assim, o CIRA-SP cumpre sua missão de combate à sonegação fiscal, repressão da fraude fiscal estruturada e recuperação de créditos.

O colegiado é integrado por auditores fiscais da Sefaz-SP, promotores de Justiça e procuradores do Estado. O colegiado pode incentivar o desenvolvimento e o aprimoramento de ações operacionais integradas, destinadas a identificar e apurar os crimes de lavagem de dinheiro e de ocultação de bens, acautelar o patrimônio público, recuperar bens e direitos obtidos ilegalmente. Pode também propor medidas administrativas capazes de evitar ou interromper atividades ilícitas praticadas contra a ordem econômica e tributária e medidas técnicas para melho-

rar a legislação.

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5 EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECE-

BÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1º E 2º SÉRIES DA 38º EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO E RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO dos os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1º e 2º Séries da 38º Emissão da CANA COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade securitizadora com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Juri dica do Ministério da Economia (<u>"CNPJ/MF")</u> sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), a H.COMMCOR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 14 andar, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.147-0001-50, na qualidade de agente fiduciário da Emissão (<u>"Agente Fiduciário"</u>), em consonância com o dis sto na cláusula 16 do Termo de Securitização de Créditos imobiliários para Emissão de Certificados de Recebivel obiliários da 1º e 2º Séries da 38º Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos tei mos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("<u>Resolução CVM 60</u>"), no que couber, a reunirem-se em 2ª (se gunda) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI (<u>"AGT"),</u> a realizar-se no dia 15 de dezembro de 2023, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de articipação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujc cesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRL A AGT será instalada a fim de deli berar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar a alteração da cláusula 5.9.2 do Termo de Secu ritização a fim de prever que o Fundo de Liquidez deverá ser equivalente ao valor da média das 3 (três) últimas parce as de Remuneração, passando, portanto, a ter a seguinte redação: "5.9.2. O Fundo de Liquidez deverá, a qualquer tem po, ser equivalente ao valor da média das 3 (três) últimas parcelas de Remuneração, incluindo amortização programa-da ("Montante Mínimo do Fundo de Liquidez"). Toda vez que, por qualquer motivo, os recursos do Fundo de Liquidez venham a ser inferiores ao Montante Mínimo do Fundo de Liquidez, o Devedor estará obrigado a depositar recursos na Conta do Patrimônio Separado em montantes suficientes para a recomposição do referido limite, em até 20 (vinte dias contados do envio de prévia comunicação, pela Securitizadora, neste sentido. Caso o Devedor não deposite o mon tante necessário para o cumprimento da obrigação acima estipulada, no prazo ali previsto, tal evento será considera-do como inadimplemento de obrigação pecuniária pelo Devedor e o sujeitará às mesmas penalidades de qualquer ina dimplemento pecuniário, conforme previstas neste instrumento, inclusive Encargos Moratórios." (ii) Autorização para omplemo pecuniano, como me previsas resensados por en la como en cara gos maconos. Al produciva de asecunitados, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem to dos os atos necessários para a efetivação e implementação do item acima, bem como celebrar quaisquer aditamento: aos Documentos da Operação que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. <u>Instruções Gerais:</u> A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos qu os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de reali zação da AGT para o e-mail <u>fiduciario@commcor.com.br,</u> com cópia para o e-mail <u>contato@canalsecuritizadora.con</u> br, indicando no assunto "Documentos para AGT — CRI SAN GERARDO", observando o disposto na CVM 60, e confo me documentação abaixo: a. <u>quando pessoa física</u>: cópia digitalizada de identidade com foto; b. <u>quando pessoa jurídi</u> <u>ca</u>: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial com-petente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identi dade com foto dos representantes legais; c. <u>quando Fundos de Investimentos</u>: (a) último regulamento consolidado; (b último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administra dor ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia g al; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos d dentidade com foto dos representantes legais; e d. <u>quando representado por procurador</u>: caso qualquer Titular de CRI ndicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, de verá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição los Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<u>https://www.canalsecuritizadora.com.br</u>) e da Comissão de Va ores Mobiliários (<u>www.cvm.gov.br</u> — Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos n essários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobati ios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT, RERRATIFICAÇÃO A Securitizadora vem, ainda, por meio da presente, rerratificar o Edital de Convocação publicado na edição do jorna Diário do Acionista nos dias 16, 17 e 21 de novembro de 2023, respectivamente, nas páginas 03 de cada edição, con oante aos artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, unicamente para escla cer, retificar e ratificar a indicação do quórum de deliberação da matéria constante da Ordem do Dia (i), que pode rão ser tomadas pelos Titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) dos CRI em Circulação, tendo em vista a alteração do Fundo de Liquidez, que integra o termo definido "Garantias" no Termo de Securitização. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de

curitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização) São Paulo, 07 de dezembro de 2023 Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

## Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

publicidade@diariodoacionista.com.br

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

#### MRS LOGÍSTICA S/A CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - IRE nº 33.300.163.565 Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração da MRS Logistica S/A realizada às 10 horas do dia 14/11/2023. Local: na sede social da Companhia localizada na Praia de Botafogo 228, sala 707, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, o Conselho de Administração da Companhia reuniu-se, na forma do artigo 14, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia (reunião virtual). Presença: com a presença da naioria dos seus membros, a saber: Carlos Hector Rezzonico, João Mario Lourenço Filho, Julio Rosa Baptista, Marcelo Leite Barros, Murilo Muller, Wendel Gomes da Silva. Mesa: Marcelo Leite Barros, Presidente. Deliberações: I - O Conselho aprovou, por ınanimidade dos votos proferidos, o relatório das informações trimestrais da Companhia levantadas em 30 de setembro de 2023, o qual foi objeto de relatório de revisão especial pelos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmastsu Auditores ndependentes Ltda. Certidão da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro Nome: MRS Logística S/A – Nire: 33.3.0016356-5 – Protocolo: 2023/00986333-0 – 01/12/2023. Certifico o arquivamento em 05/12/2023 e o registro sob o número: - Data: 05/12/2023. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário

#### SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES RÁPIDAS (FAST FOOD) E AFINS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINDIREFEIÇÕES-RJ ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Edital de convocação O Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas Refeições Rápidas (Fast Food) e Afins do Estado do Rio de Janeiro -SINDÍREFEIÇÖES-RJ - inscritó no CNPJ sob o nº 32.316.366/0001-60, vem pelo presente Edital, através de seu Presidente, assinado abaixo CONVOCAR, todos os trabalhadores que prestam serviços nas Categorias: profissional dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas, de fornecimento de Refeições Prontas ou Congeladas, que sejam Confeccionadas dentro da Empresa contratante ou em unidade fora para serem Transportadas, Trabalhadores em Empresas de Fornecimento de Ticket's, Vales Refeições, refeições a quilo, Cestas Básicas ou similares, Trabalhadores em Empresas de Refeições para serem servidas à Bordo das Aeronaves, Empresas de Refeições Rápidas (Fast Food), lanchonetes e Trabalhadores em Cozinhas Industriais e Afins de todo o Estado do Rio de Janeiro, sejam associados ou não, para se reunirem, em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 12 de dezembro de 2023, na Sede Escola do SindiRefeições-RJ, sito à Rua Carlos Chambelland, nº 256, Vila da Penha, Rio de Janeiro - RJ, ocorrendo em primeira convocação com quórum legal às 08 horas e, em segunda e última convocação, às 08 horas e 30 minutos, com qualquer número de trabalhadores participantes da assembleia, e, em Continuidade nas portarias e nas Unidades das Empresas do segmento citado acima em todo o Estado do Rio de Janeiro, conforme prevê o Estatuto Social, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação, ou Não, da contra proposta apresentada pelo SINDERC e as Empresas para estabelecer CCT de 2023/2025 e b) Autorizar ou não a diretoria do SindiRefeições-RJ para celebrar e assinar a Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2025. Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2023. OZIEL ROMUALDO DE PAULA. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES RÁPIDAS (FAST FOOD) E AFINS DO ESTADO

# Rio terá fornecimento de canabidiol pelo SUS

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

estado do Rio de Janeiro terá uma política estadual de fornecimento gratuito de medicamentos à base de canabidiol (CBD) e tetra-hidrocanabinol (THC) para pessoas que não têm condições financeiras de arcar com os custos desse tratamento. O acesso ao medicamento no estado será pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e está previsto na lei 10.201/23, publicada ontem no Diário Oficial.

No Brasil, o tratamento com canabidiol foi liberado pela Anvisa para 12 tipos de doenças. A produção local, no entanto, não foi liberada para a população, o que faz com que o canabidiol usado no Brasil seja importado, encarecendo o medicamento e dificultando o acesso principalmente para pessoas de baixa

Pela nova lei estadual, para ter acesso aos medicamentos com canabidiol, o paciente deverá realizar o procedimento padrão do SUS, usando o Cartão Nacional da Saúde e seguindo as orientações atualizadas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O paciente deverá apresentar a prescrição médica acompanhada de laudo, indicando que outros tratamentos foram testados e que o canabidiol é a melhor alternativa.

Além disso, para obter o medicamento gratuitamente, deverá comprovar que não tem condições financeiras para ter acesso ao medicamento, seja ele importado ou vendido em farmácias brasileiras, e que a sua qualidade de vida depende desse tratamento. O paciente também deverá apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado em duas vias: uma para o médico e a outra para o paciente.

O período de tratamento deverá ser indicado pela prescrição médica e pelo laudo. O tratamento deverá ser reavaliado a cada seis meses com o objetivo de verificar seus benefícios, bem como a necessidade de readequação, respeitando as especificidades do caso clínico do paciente.

A coordenação das fases iniciais desse fornecimento deverá ser feita pela Farmácia Viva do SUS que, em convênio com as associações de pacientes, deverá acompanhar as etapas de coleta, processamento, armazenamento, preparação e dispensação dos produtos, para o acesso seguro e uso racional.

A lei prevê ainda que o governo do estado desenvolva programas de investimento na formação técnico-científico e na capacitação de profissionais da área da saúde, farmacêutica e demais especialidades necessárias para a análise clínica, produção de pesquisas, criação de banco de dados, busca de novas tecnologias e inovação. O governo poderá, inclusive, criar um centro de estudo e tecnologia para promove políticas públicas de debate e fornecer informação a respeito do uso da CBD, de forma isolada ou associado ao THC.

A lei também autoriza a criação de uma comissão de trabalho com a participação de técnicos do SUS, da Farmácia Viva e de representantes de associações de pacientes na produção de pesquisas científicas que orientem a atuação do SUS e garantam a segurança dos pacientes.

#### ÁGUA

### Cedae antecipa manutenção do Sistema Guandu em mais de 7h

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

Com mais de 7 horas de antecedência, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) completou o serviço de manutenção preventiva anual do Sistema Guandu, previsto para terminar no fim da madrugada de

Com a conclusão, a empresa iniciou a captação de água bruta para a retomada do tratamento.

De acordo com a empresa, no momento o Sistema Guandu opera com 76% da capacidade. A retomada total da produção depende do trabalho de concessionárias de distribuição de água que fazem o serviço no estado. "A Cedae aguarda a finalização dos reparos das concessionárias nas redes de distribuição para retomar a produção total de água", informou em nota.

ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL CNPJ nº 42.487.983/0001-82 - NIRE nº 33.3.0001715-1 de 19/06/85 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - em recuperação judicial, com sede na Rua Francisco Eugênio, nº 268, sala 901, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20941-120, inscrita no CNPJ/MF sob nº 42.487.983/001-82, por meio de seu Presidente do Conselho de Administração, Pagado de 2, por meio de seu Presidente do Conselho de Administração, Renato de Andrade Cabral, na forma do Parágrafo Segundo do art. 25º do Estatuto Social da empresa, CONVOCA, através do presente EDITAL, todos os acionistas a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no día 15 de dezembro de 2023, às 10h, na sede da empresa e por videoconferência, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem da seguinte Ordem do Dia: a) aprovação da abertura de linha de crédito no valor de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) com YALEEH FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, fundo de investimento em direitos creditórios, inscrito no CNPJ nº 36.703.167/0001-66, mediante a alienação fiduciária da embarcação Surfer 1870 e cessão do crédito em garantia dos recebimentos do contrato de afretamento da referida embarcação com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2023. RENATO DE ANDRADE CABRAL

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58 - NIRE 33.300.162.178 Edital de Convocação dos Acionistas da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio

("Companhia") para Assembleia Geral Extraordinária Duque de Caxias, 06/12/2023. Pelo presente Edital de Convocação, o Conselho de Administração da Companhia, representado por seu Presidente, Sr. Carlo Alberto Bottarelli, convoca os Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, no dia 15/12/2023, às 14h00min ("AGE"), que se realizará na sede social da Companhia, localizada na Rua Almirante Grenfall, 405 – Bloco Vermelho – 2º e 3º andares, Vila São Luiz, Duque de Caxias, RJ, para discutirem e deliberarem sobre: 1. Substituição e eleição de membro suplente do Conselho de Administração. Informações Gerais: (1) Os Acionistas que se fizerem representar por procuradores, verão entregar, com antecedência mínima de 48 horas à realização da AGE, o respectivo instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na AGE, inclusive para deliberar sobre a eventual suspensão da AGE, na sede social da Companhia ou pelo e-mail daniela.rego@concer.com.br; e (2) A documentação relativa à matéria constante da Ordem do Dia, incluindo a Proposta da Administração apresentada pela Companhia será divulgada e estará disponível para retirada pelos Acionistas nesta data na sede da Companhia ou poderá ser solicitada pelo e-mail daniela.rego@concer.com.br. Atenciosamente, Carlo Alberto Bottarelli - Presidente do (07, 08 e 09/12/2023) Conselho de Administração.

7TRAN TECNOLOGIA, TRÂNSITO E EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ 43.173.625/0001-68
CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
convocamos os acionistas da 7TRAN TECNOLOGIA, TRÂNSITO EDUCAÇÃO S.A, situado na Av. Pastor Martin Luther King jr, nº 126, BLC 9 SAL 817 TOR 3, Del Castilho, CEP 20.765-959-RJ, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em formato virtual, no dia 14 de dezembro de 2023, com início às 9h00min em primeira convocação com a presença da metade dos participantes e às 9h30min em segunda convocação com qualquer número de participantes, com transmissão pela plataforma Zoom, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: A) Eleição de membro do Conselho de Administração em substituição ao membro que renunciou; B) Eleição da Diretoria em substituição aos membros que renunciaram ou votação para que o conselho contrate um diretor/empresa profissional; C) Deliberação dos acionistas para redução do número de diretores estipulado no estatuto social em alinhamento ao determinado na lei; D) Informações do sistema da empresa; E) Início das atividades da empresa com venda antecipada dos serviços; F) Informações acerca da possibilidade de compra e venda de ações. G) Revisão da remuneração dos diretores. Link para acesso a reunião: <a href="https://us06web.zoom.us/webinar/register/NN zb8YIBG5RGuf5Yo2e7IZZq">https://us06web.zoom.us/webinar/register/NN zb8YIBG5RGuf5Yo2e7IZZq</a> Link para acesso ao sistema de votação reunião: <a href="https://voto.easyvote.com.br/app/7tran/login">https://voto.easyvote.com.br/app/7tran/login</a> Usuário e Senha (Somente números): CPF do participante ou CNPJ (se for pessoa juridica) Procedimentos para Participação e Habilitação dos Participantes e Procuradores: 1. O participante que não puder participantes e procuradores de la participante constituído para participar, poderá indicar um procurador legalmente constituído, para representa-lo na assembleia, desde que a procuração por instrumento público, seja encaminhada com 2(dois) dias úteis antes da realização do analisarmos e validarmos o referido documento internamente; 2. No dia da assembleia, ao ingressar na plataforma "Zoom" o participante deverá preencher os campos obrigatórios, tais como, Nome, Sobrenome, E-mail e CPF. Caso o participante seja um procurador legalmente constituído por procuração, o campo Nome deverá constar o nome do procurador. Destacamos que a procuração, com reconhecimento de firma, deverá ser enviada por e-mail antes da assembleia; 3. Os participantes permanecerão com áudio e vídeo desligados, sendo estes liberados no momento em que houver o interesse em falar, se manifestando através da ferramenta "levantar mão" ou através do énvio de mensagens por meio da ferramenta Q&A; 4. Para a participação da assembleia, a 7tran orienta que o participante utilize uma estrutura adequada de internet e equipamentos que suportem a transmissão de vídeo e áudio, o uso de internet banda larga ou similar, assim como o ambiente adequado ao tipo de reunião; 5. O presidente da assembleia poderá determinar o uso da ferramenta de votação da Easyvote no decorrer da transmissão, sempre que julgar necessário, nesse momento todos os participantes deverão acessar a plataforma de votação, no link constante nesta convocação. Ressaltamos, ainda, a importância da participação de todos a esta assembleia, pois as deliberações tomadas obrigarão a todos.

Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 2023. Adriana Correa de Araújo Presidente do Conselho

QUALITY SOFTWARE S.A. CNPJ/MF n° 35.791.391/0001-94 - NIRE 33.3.0027960-1

CNPJ/MF nº 35.791.391/0001-94 - NIRE 33.3.0027960-1
Companhia Aberta

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 26 DE
DEZEMBRO DE 2023 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Ficam convocados
os senhores acionistas da Quality Software S.A. ("Companhia"), na forma
do art. 11º do Estatuto Social, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE" ou "Assembleia"), a ser realizada de modo
exclusivamente digital, em primeira convocação, no dia 26 de dezembro de
2023, às 10:00 horas, por meio da plataforma digital Microsoft Teams, para
deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) o cancelamento da listagem
da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e a saída da Companhia do segmento de negociação denominado "Bovespa Mais Nível 1";
(ii) por consequência, caso aprovado o item "i" da ordem do dia, atualizar o (ii) por consequência, caso aprovado o item "i" da ordem do dia, atualizar o Estatuto Social da Companhia para retirar do seu texto qualquer menção e/ou referência à B3, suas regras e regulamentos; e (iii) reconhecer a renúncia de atual membro do Conselho de Administração e deliberar sobre a eleição de novo membro do Conselho de Administração da Companhia em substituição ao membro renunciante. **Procedimentos para participação: Informações** acerca da participação dos acionistas na AGE: <u>Documentos</u>. Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (<u>"Lei das S.A"</u>), para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão solicitar o cadastro através do e-mail ri@quality.com.br devendo, para tanto, apresentar à Companhia, (i) em caso de pessoas físicas cópia do documento de identificação, e (ii) em caso de pessoas jurídicas, (a) documento de identificação do representante legal do acionista; e (b) cópia simples ou original do seu ato constitutivo, devidamente registrado nos órgãos de registro aplicáveis, bem como da documentação de representação societária, identificando o seu representante legal (ata de eleição de diretoria devi-damente registrada nos órgãos de registro aplicáveis). Para maior celeridade do processo da AGE, a Companhia solicita que os acionistas se cadastrem para participar na Assembleia e enviem a documentação aqui mencionada até, pelo menos, 2 (dois) dias antes da data de realização da AGE. Participação Remota. A AGE será realizada de forma digital, por meio da plataforma digital Microsoft Teams. A Companhia enviará por e-mail aos acionistas (ou aos seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos) que tiverem se cadastrado por meio do e-mail descrito acima as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na Assembleia. Caso o acionista não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação da AGE até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário previsto para a realização da Assembleia, deverá contactar a Companhia por meio do telefone ou endereço de e-mail indicados abaixo e solicitar suas respectivas instruções para acesso. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia. Fodos os documentos e informações relaciónados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no website da Companhia (https://qualitydigital.global/), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), conforme previsto na Lei das S.A e na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022. Em caso de dúvidas ou esclarecimentos, favor contatar a Companhia pelo seguinte e-mail: ri@quality.com.br. Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2023. Atenciosamente, Mauricio Miranda de Lima - Presidente do Conselho de Administração.

DO RIO DE JANEIRO - SINDIREFEIÇÕES - RJ.

CONSTRUTORA LYTORANEA SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL CNPJ: 07.792.269/0001-05 - NIRE: 00005585461

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de 2023, às onze horas, na sede da sociedade, na Via Coletora, S/N Quadra C Lote 19 - Zona Industrial - CEP. 23.812-035, situada no município de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, se fez realizar a reunião em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas de CONSTRUTORA L YTORANEA S.A.-EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, nos termos a seguir: PRESENÇAS: M.A.C.A III Participações e Investimentos S.A.,

inscrita no CNPJ nº 17 .252.331 /0001-11, com participação de 90% das ações ordinárias nominativas do capital social da empresa, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente - Sr. Marco Aurelio da Costa Abade e B.D.C.A Participações e Investimentos S.A, inscrita no CNPJ nº 17.234.809/0001-80, com participação de 10% das ações

ordinárias nominativas do capital social da empresa, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente - Sr. Bruno da Costa Abade, únicos acionistas da empresa, representantes da totalidade do capital social. COMPOSIÇÃO DA MESA: Bruno da Costa Abade, Presidente, e Marco Aurelio da Costa Abade, Secretário, conforme acordados entre os acionistas. CONVOCAÇÃO: Dispensada a publicação, face à presença da totalidade dos acionistas, na forma prevista no estatuto social. ORDEM DO DIA: (1) Os acionistas aprovaram por unanimidade pelo aumento do Capital Social, referente a integralização do valor do terreno denominado Lote de Terreno nº 19, resultante do remembramento des lotes. 19: 20: 21 e 22 de guadra C. do leteramento denominado DISTRITO INDUISTRIAL DE ITAGUA!" insprisção

dos lotes, 19, 20, 21 e 22 da quadra C, do loteamento denominado DISTRITO INDUSTRIAL DE ITAGUAÍ", inscrição municipal 99993534 e matricula 43568 subscrito em 2017 para composição do capital social de R\$ 23.656.000,00 (vinte e três milhões e seiscentos e cinquenta e seis mil reais), totalizando assim o valor de R\$ 38.656.000,00 (trinta e oito

milhões seiscentos e cinquenta e seis mil reais), referente o Capital Social Integralizado. Em decorrência da alteração acima operada, os acionistas decidem consolidar o Estatuto Social que rege a Companhia, que passa a ter a redação constante do anexo I, que desta ata faz parte Integrante e indissociável. Encerramento: Nada mais havendo para ser

tratado, foi esta ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes, e a assembleia foi encerrada. Itaguai, 22/05/2023. Assinaram a presente Ata: Bruno da Costa Abade, como Presidente, e Marco Aurelio da Costa Abade, como Secretário. Acionistas presentes: M.A.C.A. III Participações e Investimentos S.A. e B.D.C.A Participações e

Investimentos S.A. Acionistas: M.A.C.A. III Participações e Investimentos S.A. - Marco Aurelio da Costa Abade - Diretor Presidente; B.D.C.A Participações e Investimentos S.A - Bruno da Costa Abade - Diretor Presidente. Mesa: Bruno da Costa Abade - Presidente da Assembleia; Marco Aurelio da Costa Abade - Secretário da Assembleia.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO - A CONSTRUTORA LYTORANEA S.A. é uma sociedade anônima

capitale da transformação do tipo jurídico da sociedade empresaria limitada denominada Construtora Lytorânea Ltda, que se rege pelo presente estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis. 2. A Companhia tem sede e foro na Via Coletora, S/N - Quadra C - Lote 19 - Zona Industrial - Itagual - RJ - Cep. 23.812-035; e, Filial 01, na Rua 5, S/N - Área 2, Gleba D da Gleba Lagoa Nova - Chaperó - Itagual - RJ - Cep. 23.812-690. 3. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. CAPÍTULO II - OBJETO SOCIAL. 4. A Companhia tem por objeto social a execução de obras de construção civil em geral sob regime de empreitada; a execução de obras civis de urbanização e paisagismo; a execução de obras civis de urbanização e paisagismo; a execução

de obra civis de infraestrutura; a construção de redes de água e esgoto sanitário e pluvial; instalação e manutenção de

redes elétricas; instalação e manutenção elétrica, hidráulica e sanitária em edificações; a prestação de serviços de

construção civil em geral; a complementação de construção de estradas de rodagem; obras de alvenaria e reboco;

atividades relacionadas com a indústria da construção civil; a prestação de serviços de administração de obras; a

construção de obra de arte de engenharia civil; o fornecimento de concreto usinado para obras civis, inclusive concreto

betuminoso usinado a quente; a compra e venda de materiais de construção; a fabricação de artefatos de cimento para

construção civil; a mineração de cascalho e de pedra para obtenção de cascalho; o fornecimento de cascalho e pedra para obras civis, atividades relacionadas com a cadeia de suprimentos da construção civil, a elaboração de projetos de

engenharia civil, básicos, executivos e de fundações e estruturas; elaboração de projetos de instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, e demais necessários para a execução de obras de engenharia civil, o transporte rodoviário de

cargas em geral; a locação de máquinas e equipamentos em geral; a incorporação imobiliária; a compra de imóveis e a venda de imóveis próprios, coleta de resíduos não perigosos e coleta de resíduos perigosos. CAPÍTULO III - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES. 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 38.656.000,00 (trinta

e oito milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), dividido em 6.971.632 (seis milhões, novecentas e setenta e uma mil, seiscentas e trinta e duas) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal. Composto por R\$ 15.000.000,00

(quinze milhões) em moeda corrente do país; e imovel denominado Lote de Terreno nº 19, resultante do remembramento

dos lotes 19, 20, 21 e 22 da quadra C, do Loteamento denominado "DISTRITO INDUSTRIAL DE ITAGUAÍ", inscrição municipal 99993534 e matrícula 43568 no valor de R\$ 23.656.000,00 (vinte e três milhões, seiscentos e cinquenta e seis

mil reais). 6. As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que reconhecerá apenas um proprietário para cada

ação. 7. A sociedade poderá emitir certificados ou títulos múltiplos de ações, que serão assinados por todos os Diretores em conjunto. 8. As ações preferenciais não dão direito a voto aos seus titulares, mas gozarão das seguintes vantagens: a - prioridade sobre as demais ações, no recebimento de um dividendo mínimo não cumulativo de 25% ao ano sobre o

lucro líquido do exercício; b - Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de asseguradas a estas uma participação igual ao mínimo de 25% ao ano sobre o lucro líquido do exercício; c - Prioridade no reembolso

do capital, em caso de liquidação da sociedade, sem prêmio. 9. Cada ação ordinária corresponderá ao direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. 10. A sociedade não poderá negociar com as próprias ações. Nessa proibição não se compreendem: a - as operações de resgate, reembolso ou amortização previstas em lei: b - a aquisição para

permanência em tesouraria ou cancelamento, desde que até o valor do saldo de lucros ou reservas, exceto a legal, e sem diminuição do capital, ou por doação; c - a alienação das ações adquiridas nos termos da alínea "b" e mantidas em tesouraria. 11. A sociedade não poderá receber em garantia as suas proprias ações, salvo para assegura a gestão dos seus administradores. 12. As ações adquiridas nos termos da alínea "b", enquanto mantidas em tesouraria, não terão

direito e dividendo nem a voto. 13. No caso da alínea "a" as ações adquiridas serão retiradas definitivamente de circulação. 14. Mediante proposta da Diretoria, a Assembléia Geral dos Acionistas estabelecerá as condições de resgate

integral ou parcial de qualquer uma das classes de ações da sociedade, inclusive através de redução do capital da sociedade, podendo o pagamento do preço do resgate ser efetuado em dinheiro ou em bens. 15. Mediante proposta da Diretoria da sociedade, a Assembleia Geral dos Acionistas poderá aprovar a emissão de quaisquer valores mobiliários. CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO. 16. A sociedade será administrada, nos termos desse estatuto, por uma Diretoria

composta por 02 (dois) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição, com as seguintes denominações: Diretor Presidente e Diretor, este sem denominação específica. 17.Compete ao Diretor Presidente individualmente a representação e a realização de todos os atos no

interesse da sociedade, com respeito à lei e a este Estatuto Social. Compete ao Diretor sem denominação especifica a representação da sociedade sempre em conjunto com o Diretor Presidente. 18. Para constituição de procuradores a sociedade deverá ser representada pelo Direto Presidente. O mandato deverá especificar os atos ou operações que os procuradores poderão praticar e a duração do mandato. O mandato judicial poderá ser outorgado por prazo indeterminado e os demais poderão ser outorgados por no máximo 02 (dois) anos. 19. A remuneração por membros da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral de modo global, cabendo à própria Diretoria liberar sobre a distribuição da verba entre

seus membros. 20. A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação de qualquer de seus membros. 21. Havendo dissenso entre os Diretores sobre questão fundamental para o desenvolvimento da empresa, a questão será submetida à Assembleia de Acionistas. CAPITULO V - ASSEMBLEIA GERAL. 22. A Assembleia

Geral reunirse-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando necessário, guardados os preceitos de Lei quanto às respectivas convocações. 23. A Assembleia Geral será instalada por um dos membros da Diretoria ou quem o substituir e os trabalhos serão dirigidos

por mesa composta de Presidente e Secretário, escolhidos entre os presentes. CAPÍTULO VI - CONSELHO FISCAL

24. O Conselho Fiscal, cujo funcionamento não será permanente, somente será instalado na forma do art. 161 da Lei 6404/76. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de no mínimo três e no máximo cinco membros efetivos

e, suplentes em igual número, podendo ser Acionistas ou não, residentes no País. 25. Os poderes e atribuições do Conselho Fiscal, quando em funcionamento serão aqueles previstos em lei. 26. A remuneração dos membros do

Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. CAPÍTULO VII - EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS, LUCROS E DIVIDENDOS. 27. O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo, de acordo com as prescrições legais. 28. A

Diretoria poderá elaborar balanços mensais, bimestrais, trimestrais ou semestrais e, com base nos resultados apurados

distribuir dividendos intermediários, "ad referendum" da Assembleia Geral. 29. Do lucro líquido do exercício 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. A sociedade poderá deixar de destinar a parcela de lucro a reserva, nas hipóteses previstas em lei. 30. Cabe à Assembleia Geral de Sócios deliberar sobre a destinação do resultado em cada exercício. CAPÍTULO VIII - DISSOLUÇÃO. 31. A sociedade se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei. A Assembleia Geral deliberará a liquidação ordinária, estabelecerá suas condições e elegerá o liquidante e um Conselho Fiscal permanente 32. A sociedade poderá, a qualquer tempo, transformar o seu tipo jurídico, por deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos acionistas, ratificada ou previamente aprovada por Assembleia Especial dos titulares de ações preferenciais. 33. Por ocasião da liquidação da sociedade, o liquidante será indicado pela Assembleia Geral. CAPÍTULO IX - PUBLICAÇÕES. 34. A Companhia efetuará as publicações ordenadas adoladas do Reia do R pela Lei no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em jornal de grande circulação de sua área geográfica de influência. CAPÍTULO X - FORO DE ELEIÇÃO. 35. Os acionistas se comprometem a empregar os melhores esforços para resolver por meio de negociação qualquer controvérsia oriunda e da interpretação deste Estatuto Social, Se a controvérsia não for resolvida amigavelmente, as dúvidas oriundas do cumprimento deste Estatuto deverão ser dirimidas no foro da sede da Companhia. ACIONISTAS: M.A.C.A III Participações e Investimentos S.A e B.D.C.A Participações e

no foro da sede da Compannia. ACIONISTAS: M.A.C.A III Participações e Investimentos S.A e B.D.C.A Participações e Investimentos S.A. Acionistas: M.A.C.A III Participações e Investimentos S.A - Marco Aurelio da Costa Abade - Diretor Presidente; B.D.C.A Participações e Investimentos S.A - Bruno da Costa Abade - Diretor Presidente; Mesa: Bruno da Costa Abade - Presidente da Assembleia; Marco Aurelio da Costa Abade - Secretário da Assembleia.

LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS

NA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE MAIO DE 2023, AS 11 HORAS

ACIONISTAS: B.D.C.A Participações e Investimentos S.A - Nº ações ordinárias: 697.164 - % participações: 10; M.A.C.A III Participações e Investimentos S.A - Nº ações ordinárias: 6.274.468 - % participações: 90; Total: Nº ações ordinárias: 6.971.632 - % participações: 100

# Aprovada emenda que proíbe 'todes' em órgãos públicos

STF retoma julgamento sobre política

MARIANA ASSIS/AE

Câmara dos Deputados aprovou ontem, o projeto de lei que institui uma política nacional de linguagem simples em órgãos públicos. Nele, foi incluída a proibição do uso de linguagem neutra. Pelo texto, "novas formas de flexão de gênero e número das palavras da língua portuguesa", como "todes", não poderão ser usadas em comunicações com a população. A proposta, agora, será analisada pelo

de Erika Kokay (PT-DF), foi aprovado com o substitutivo do cia". "Primeiro porque nada ti-

relator Pedro Campos (PSB-PE). Ele não tratava sobre a utilização da linguagem neutra na administração pública. Após a aprovação do texto, os deputados aprovaram a emenda de Junio Amaral (PL-MG) sobre o tema.

A linguagem neutra, também conhecida como linguagem não-binária, tem por objetivo adaptar a Língua Portuguesa com o uso de expressões que não marquem gênero (masculino e feminino) para que mais pessoas se sintam representadas ao falar e se expressar

Ontem, Erika Kokay, autora O projeto de 2019, de autoria do projeto, afirmou que a emenda aprovada "agride a democranha a ver com o projeto que votávamos, que instituía a comunicação simples em documentos oficiais para garantir transparência e cidadania. Outra agressão é uma incontrolável transfobia. Excluir a população trans e nãobinária da língua portuguesa não é ignorância. É parte de um projeto violento, que não quer mudar o país que mais mata a população LGBTQUIAP+ do mundo",

afirmou no X (antigo Twitter).  $Projeto\ trata\ sobre\ linguagem$ simples em comunicações de órgãos públicos

O projeto de lei propõe que a linguagem simples reúna "o conjunto de práticas, instrumentos e sinais usados para transmitir informações de maneira simples e objetiva, a fim de facilitar a compreensão de textos".

A proposta define que as comunicações em linguagem simples são as que "as ideias, as palavras, as frases e a estrutura são organizadas para que o leitor encontre facilmente o que procura, compreenda o que encontrou e utilize a informação". Se o público do texto for a comunidade indígena, o texto sugere que seja feita a tradução correspondente ao idioma do destinatário.

Há ainda a recomendação para que, sempre que for possível, documentos oficiais tenham uma versão em linguagem simples, além da original.

# Observatório: 2023 será o ano mais quente já registrado até agora

O ano de 2023 será o mais quente já registrado na história, mostram dados recolhidos pelo observatório europeu Copernicus, de acordo com divulgação feita ontem. As informações coincidem com a realização da Conferência do Clima das Nações Unidas (COP28) em Dubai, onde são discutidas as questões relacionadas aos impactos dos combustíveis fósseis.

Conforme o Copernicus, novembro de 2023 foi o 11° mês do ano mais quente já registrado mundialmente, com uma temperatura média global de 14,22°C, um valor 0,85°C acima da média para o período de novembro de 1991-2020 e 0,32°C acima da temperatura do novembro mais quente anterior, em 2020.

"A anomalia da temperatura global para novembro de 2023 foi equivalente à de outubro de 2023, e apenas inferior à anomalia de setembro de 2023 de 0,93°C", consta no relatório.

Novembro deste ano também foi cerca de 1,75°C mais quente do que a média estimada de novembro para 1850-1900, o período de referência pré-industrial designado.

"Para o ano civil até agora, de janeiro a novembro, a temperatura média global para 2023 é a mais alta já registrada, 1,46°C acima da média pré-industrial do período de 1850-1900 e 0,13°C acima da média de onze meses para 2016, atualmente o ano civil mais quente já registrado", disse o Copernicus.

Ainda de acordo com o observatório, o El Niño continuou no Pacífico equatorial, com anomalias permanecendo inferiores às alcançadas nesta época do ano no evento de 2015. Esse fenômeno, associado ao agravamento das mudanças climáticas, esteve ligado a muitos eventos extremos neste ano, como as queimadas na Amazônia e os ciclones no Sul do País.

O outono boreal, de setembro a novembro de 2023, no Hemisfério Norte, foi o mais quente já registrado em todo o mundo por grande margem, com uma temperatura média de 15,30°C, ou seja, 0,88°C acima

Na Europa, a temperatura média para entre setembro e novembro de 2023 foi de 10,96°C, ficando 1,43°C acima da média. Isto tornou o outono boreal de 2023 o segundo mais quente já registrado, apenas 0.03°C mais fresco que o outono

ambiental do governo Bolsonaro

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou ontem o julgamento de ações que questionam a política ambiental adotada durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Estão em julgamento três ações protocoladas em 2020 pelos partidos PT, PSOL e Rede Sustentabilidade e entidades que atuam em defesa do meio ambiente.

Na sessão de ontem, os ministros ouviram as sustentações orais das partes envolvidas. O julgamento será retomado hoje.

As partes pedem que o Supremo reconheça o "estado de coisas inconstitucional" na área ambiental e determine que os governos federal, estadual e municipal tomem medidas de proteção ao meio ambiente no país, sobretudo contra queimadas criminosas e desmatamento ilegal nos biomas da Amazônia e do Pantanal.

As legendas e entidades também pedem que o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm) seja executado de forma efetiva pelas autoridades ambientais, além do reconhecimento da omissão do governo Bolsonaro em coibir o desmatamento na região e a imposição de medidas judiciais de combate aos crimes ambientais.

#### **JULGAMENTO**

As ações começaram a ser julgadas em abril de 2022, quando a relatora, ministra Cármen Lúcia, votou pelo reconhecimento do chamado estado de coisas inconstitucional em matéria ambiental, ou seja, que as medidas tomadas pelo governo Bolsonaro em relação à matéria são inconstitucionais e justifi-

cam a intervenção do Judiciário. A ministra também determiou que o governo federal formule, em 60 dias, um plano de execução efetivo de combate a crimes ambientais e de diminuição do desmatamento ilegal em terras indígenas e unidades de conservação na Amazônia Legal.

Em seguida, o ministro André Mendonça pediu vista do processo, e o julgamento foi interrompido.

#### **SUSTENTAÇÕES**

Na sessão de ontem, o julgamento foi retomado com as sustentações orais das partes de envolvidas no processo.

O advogado da União, Leandro Peixoto Medeiros, disse que o atual governo tomou medidas de combate às queimadas e de proteção da Amazônia. Medeiros citou dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para demonstrar que houve redução de 49% do desmatamento da Amazônia Legal nos dez primeiros meses deste ano.

Segundo Medeiros, houve aumento de 260% nas ações de multas e embargos realizados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no primeiro semestre de 2023. "Os números são expressivos, em especial, em um ano marcado pelo fenômeno El Niño, com seca intensa na Região Norte", afirmou.

O representante do PT, advogado Miguel Novaes, defendeu a continuidade das ações sobre a legalidade da política ambiental bolsonarista mesmo após a mudança de governo. "Por conta da distância no tempo entre o ajuizamento da ação e o julgamento, houve a perda de objeto de alguns dos pedidos, como o pedido para que o ministro do Meio Ambiente apresentasse questões orçamentárias específicas dos gastos com queimadas. Fica a questão constitucional a ser debatida", completou.

# Lula: ricos tratam investimentos em saúde e educação como gastos

RAYANDERSON GUERRA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem, que o orçamento para educação e saúde não devem ser tratados como gastos, e disse que pobre é (tratado) como gasto". enquanto "tudo que é para o rico é investimento". "O Brasil sempre tratou investimento em educação como gasto. Quando você vai fazer o Orçamento, sempre vai aparecer alguém para dizer que está se gastando demais. Cortar na educação é mexer na qualidade. Quando se corta gastos na saúde, é menos médico", afirmou o presidente.

O petista participou, ao lado dos ministros Camilo Santana (Educação) e Luciana Santos (Ciência e Tecnologia), do governador Cláudio Castro (PL) um apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) - do prefeito Eduardo Paes (PSD) e lideranças políticas do PT fluminense,

NEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

de uma cerimônia de credenciamento do Instituto de Matemática Pura é Aplicada (Impa) como instituição de ensino superior, no Rio de Janeiro.

O presidente voltou a evocar uma suposta luta de classes ao "no Brasil, tudo que é para o afirmar que "as pessoas que não utilizam servicos públicos acham ótimo cortar gastos".

"As pessoas que não utilizam serviços públicos acham ótimo cortar gastos. Elas não utilizam. Os filhos deles não estudam nas escolas (públicas). Hoje no Brasil é assim: tudo que é para o pobre é gasto. Tudo que é para o rico é investimento", disse.

Com voz embargada, Lula voltou a citar que foi em seu período à frente da Presidência que o País construiu o maior número de universidades na história. Entre 2003 e 2014, período que compreende ainda o primeiro governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), foram criadas 18 novas universidades federais e 173 campus

### Nota

#### **EX-DEPUTADO PAULISTA É CONDENADO** POR IMPORTUNAÇÃO SEXUAL A COLEGA

O ex-deputado estadual Fernando Cury foi condenado pela Justiça de São Paulo por ter importunado sexualmente a colega Isa Penna em 2020, durante uma votação na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). A decisão é da juíza Danielle Galhano Pereira da Silva, da 18ª Vara Criminal Central de São Paulo. Cury foi condenado a 1 ano, 2 meses e 12 dias de reclusão em regime aberto, que foi substituída por multa de 20 salários mínimos e prestação de serviços à comunidade

pelo mesmo período. O Código Penal define importunação sexual como o ato de "praticar contra alquém, e sem a sua anuência, ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro". A pena prevista é de reclusão de um a cinco anos. "O depoimento da vítima foi corroborado pelo relato das testemunhas que estavam no local dos fatos e presenciaram a conduta do acusado, além das imagens feitas, as quais não deixam dúvidas de que ele importunou sexualmente a vítima, para atender sua lascívia, a abraçando por trás, encostando na vítima sem o seu consentimento, colocando a mão em seus seios, ainda que levemente e rápido.

# A ESSOR participa do EXPO CIST 2023 WTC

A ESSOR é presença confirmada no 9º Congresso EXPO CIST 2023 WTC, que ocorrerá em São Paulo, nos dias 7 e 8 de dezembro de 2023. O maior evento do mercado de seguros de transporte de carga brasileiro e latino-americano é organizado em plenária técnica, feira de negócios e shows, promovido pelo Clube Internacional de Seguros & Transportes (CIST).

Este ano, o congresso abordará os desafios atuais e futuros na logística de cargas, com discussão de estratégias e soluções de gestão de riscos e seguros. Na programação do evento, estão temas relacionados ao Poder Judiciário e o mercado de seguros, sustentabilidade e inovação na logística de transportes.

A ESSOR estará com estande exclusivo no congresso, junto ao nosso parceiro Albatroz MGA, para receber todos os corretores de seguros, parceiros e clientes. O Head de Seguros de Carga, Mauricio Silva, estará presente, assim como nosso Diretor Márcio Feital, com material informativo. brindes e toda a atenção para apresentar e tirar quaisquer dúvidas sobre o produto ESSOR.

"Este evento é o mais importante do mercado de Seguro de Cargas e mais uma vez estaremos presentes, com nosso parceiro Albatroz MGA, como apoiadores do CIST. Convidamos os nossos clientes, corretores e parceiros a nos visitarem em nosso stand e falarmos sobre os desafios e



Márcio Feital, diretor da ESSOR Seguros

oportunidades e como a ESSOR pode contribuir com soluções de seguros para o mercado", comenta Márcio.

O EXPO CIST engloba todos os modos de transporte e cadeia de suprimentos, reunindo embarcadores, operadores logísticos, transportadores (rodoviário, marítimo, ferroviário, fluvial e aéreo), além de seguradoras, resseguradoras, corretores de seguros, gerenciadoras de riscos, prestadores de serviços, escritórios jurídicos, empresas de tecnologia, entre outros.

O Head de Seguros de Carga da ESSOR ressalta ainda a relevância do evento para o setor. "O EXPO CIST 2023 nos trará a oportunidade de falarmos sobre todas as mudanças da logística brasileira que

ocorreram ao longo do ano, seus impactos no setor de seguros e como a ESSOR está preparada para atender os embarcadores e transportadores, oferecendo coberturas adequadas a cada tipo operação. Será um prazer recebê-los em nosso stand", finaliza Mauricio.

#### **SERVIÇO**

9º CONGRESSO EXPO CIST 2023 Data: 7 e 8 de dezembro Local: World Trade Center São Paulo/SP -Avenida das Nações Unidas, 12551 - Cidade das Monções Mais informações e inscrição:

https://cist.site/index.php/expo-cist-2022/

#### Sobre a Essor |

A ESSOR Seguros S.A. é uma empresa do Grupo SCOR, uma das maiores resseguradoras mundiais. Atua no Brasil desde 2012 com soluções exclusivas e produtos diferenciados, que permitiram atingir a liderança em seguros Agrícolas e Transporte de Ônibus, que são distribuídos pelos mais de 8 mil corretores de seguros par-

Informações à Imprensa | VTN Comunicação

contato@vtncomunicacao.com.br Vania Absalão - vaniaabsalao@gmail.com Isabel Capaverde isabel@capaverde.jor.br

de Pacheco a Minas

Zema ataca 'ajuda'

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), voltaram a trocar farpas ontem, em meio aos debates sobre a solução para a dívida de R\$ 165 bilhões de Minas Gerais com a União. O assunto se tornou arena de disputa política em meio às dificuldades de interlocução do governador com o governo Lula e à intenção de Pacheco de se candidatar ao governo mineiro em 2026.

RICARDO CORRÊA/AE

Pela manhã, em visita a instalações de um sistema de wi-fi de escolas municipais, em Belo Horizonte, Zema cutucou a solução proposta por Pacheco, que inclui a federalização de estatais mineiras, como Cemig, de energia, Copasa, de saneamento, e Codemig, de extração de nióbio, e um novo Refis para Estados com descontos para pagamentos à vista.

"Toda alternativa é bemvinda, mas a proposta do presidente do Congresso precisa ser apreciada pelo Ministério da Fazenda, pela Secretaria do Tesouro Nacional, e, até agora, ninguém apreciou. Então, ficou na falação até agora. Não teve nenhuma ação efetiva por parte do governo federal", disparou o governador de Minas.

Não demorou para que Pacheco reagisse em nota, dizendo que está tentando fazer o que o governador não conseguiu em cinco anos no comando do Estado. Segundo ele, uma conversa com o ministro Fernando Haddad, da Fazenda, será feita nesta quinta-feira.

## Irã diz que colocou em órbita cápsula capaz de levar seres ao espaço

O Irã anunciou ontem, que colocou em órbita com sucesso uma cápsula capaz de carregar seres vivos. O lançamento simboliza uma nova etapa no programa aeroespacial iraniano, que pretende realizar missões humanas nos próximos anos e tem gerado preocupação entre as potências ocidentais.

"Após uma década de pausa, a nova cápsula vital do nosso país foi lançada com sucesso a uma altura de 130 km com um lançador fabricado localmente", afirmou a ministra das Telecomunicações, Issa Zarepour, citada pela agência oficial Irna.

A cápsula de 500 kg foi transportada por um lançador de nova geração denominado Salman, desenvolvido com o objetivo de enviar astronautas ao espaço. Não foi divulgado se o dispositivo enviado continha seres vivos.

O Irã lançou a sua primeira "cápsula de vida" em 2010, com um rato, duas tartarugas e uma minhoca a bordo. Três anos depois ele enviou um macaco ao espaço e ele voltou vivo.

O Irã afirma que as suas atividades aeroespaciais são pacíficas e estão de acordo com uma resolução do Conselho de Segurança da ONU. Entretanto, potências ocidentais, como os Estados Unidos, suspeitam do programa porque a mesma tecnologia pode ser utilizada para desenvolver mísseis de longo alcance. O Irã sempre negou querer cons-

#### VIAGEM RELÂMPAGO

## Em visita aos Emirados Arabes, Putin conversa sobre energia e conflitos

O presidente russo, Vladimir Putin, visitou os Emirados Árabes Unidos ontem antes de partir para a Arábia Saudita em uma viagem relâmpago de um dia com o objetivo de aumentar o perfil de Moscou como um mediador de poder no Oriente Médio, mesmo enquanto sua guerra continua na Ucrânia. Putin desembarcou em Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos, que acolhe as conversações climáticas COP28 das Nações

Foi sua primeira viagem à região desde antes da pandemia do coronavírus e da invasão da Ucrânia em 2022.

onversações com o presiden te dos Emirados Árabes Uni- missor fornecedor de petróleo, dos, Mohammed bin Zayed Al o Brasil.

Nahyan, Putin ofereceu-se para discutir a cooperação energética, o conflito no Oriente Médio e a crise ucraniana.

Ele elogiou o estado atual das relações da Rússia com os Emirados Árabes Unidos e felicitou o país por acolher as conversações climáticas da

A Rússia faz parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep+), que é um grupo de membros do cartel e outras nações que geriram a produção para tentar aumentar os preços do petróleo

Na semana passada, o grupo expandiu alguns cortes de Falando no início das suas produção para o próximo ano

#### REAPROXIMAÇÃO

## China quer desenvolver relações com os EUA de modo saudável e estável

LAÍS ADRIANA/AE

O ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, afirmou que o país pretende "melhorar e desenvolver" relações com os Estados Unidos "de modo saudável, estável e sustentável", acrescentando que este é o interesse comum de ambos os países.

Segundo comunicado, o comentário foi realizado em ligação com o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken. Blinken agradeceu Wang Yi pela visita à Embaixada dos EUA para expressar condolências pela morte do ex-secretário de Estado, Henry Kissinger.

"Kissinger sempre defendeu que a China e os EUA deveriam defender um ao outro, evoluir em conjunto e cumprir suas responsabilidades internacionais", comentou Wang, conforme a nota.

Os líderes discutiram sobre o estreito de Taiwan e Wang Yi reforçou a posição da China, pedindo que os EUA não interfiram ou apoiem quaisquer forças de "independência taiwanesa".

Eles também falaram sobre os conflitos no Oriente Médio, concordando em manter comunicação sobre o assunto e em promover a implementação de uma solução de dois Es-

## Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

> Tels.: (21) 99122-4278 (11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

# G7 apoia 'genocídio' de Israel contra povo palestino

NATÁLIA COELHO/AE

s líderes dos países integrantes do G7 concordaram em impor restrições às importações de diamantes extraídos, processados ou produzidos na Rússia a partir de janeiro de 2024

Ainda, o grupo reforçou que Israel tem o direito de se defender contra o grupo extremista Hamas. "Embora saudamos a recente pausa que permitiu a libertação de reféns e de ajuda humanitária vital a Gaza, lamentamos profundamente que o Hamas tenha re-

cusado a libertar todas os reféns e as operações militares foram retomadas".

Ainda, o grupo destacou que mantém a determinação de que o Irã não deverá desenvolver uma arma nuclear, reiterando que o país deve cessar a escalada de seu programa nuclear.

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, invocou, pela primeira vez em seu mandato Artigo 99 da Carta das Nações Unidas, que lhe permite chamar a atenção da ONU para qualquer evento que ameace a segurança do mundo.

A medida foi tomada em virtude da situação na Faixa de Gaza. Em sua rede social "X", Guterres disse que a região está enfrentando um grave risco de colapso do sistema huma-

O português instou ainda o Conselho de Segurança a ajudar a evitar uma catástrofe humanitária e a apelar para que seja declarado um cessar-fogo huma-

Em sua carta, Guterres escreveu que a capacidade de ação da ONU foi dizimada na região pela escassez de abastecimento, falta de combustível, interrupções nas comunicações e falta de segurança.

Quinta-feira, 7 de dezembro de 2023

Desde os ataques terroristas de 7 de Outubro perpetrados por militantes do Hamas no sul de Israel e o contínuo bombardeio e operação terrestre das forças israelenses na Faixa de Gaza, o Conselho de Segurança aprovou uma resolução em meados de Novembro, após quatro tentativas falhadas de encontrar consenso anteriormente, apelando a "pausas humanitárias urgentes e prolon-

#### PLANEJAMENTO

# Brasil paga R\$ 3,8 bi em dívidas com organismos internacionais

DANIELA AMORIM E GABRIEL VASCONCELOS/AE

O Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) informou que o governo brasileiro efetivou até esta quarta-feira, o pagamento de cerca de R\$ 3,8 bilhões em dívidas com organismos internacionais. Do total, R\$ 2,4 bilhões são passivos de exercícios anteriores, e outros R\$ 1,4 bi relativos ao exercício de 2023, divulgou a pasta, em nota.

Mais cedo, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (foto), tinha anunciado que o Brasil quitou suas obrigações financeiras com diversos órgãos do Mercosul, além de ter dado encaminhamento para o pagamento de pendências ainda existentes.

"Em linha com nosso compromisso com o fortalecimento institucional do Mercosul, é com grande satisfação que ressalto que o governo brasileiro efetuou pagamentos referentes às suas obrigações financeiras com diversos órgãos do bloco, incluindo a Secretaria do Mercosul e o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos, o IPPDH", declarou Vieira, em discurso durante Reunião do Conselho do Mercado Comum, no Rio de Janeiro.

"Pagamos também quase cem milhões de dólares ao Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, o Focem, que tem uma agenda de impacto concreto na vida das populações. Caberá agora ao Brasil apresentar novos projetos. Conforme os critérios que já anunciamos, deveremos priorizar aqueles que tragam benefícios diretos para municípios a até 150 km da fronteira com os demais sócios do Mercosul."

O ministro das Relações Exteriores contou que o País tomou as providências para resolver as pendências financeiras do Brasil com o Instituto Social e o Tribunal Permanente de Revisão.

"Buscamos, com isso, contribuir para que esses órgãos possam ter suas capacidades renovadas para o bom desempenho de suas atividades e possam assim seguir apoiando nossos países. Valorizamos o trabalho desses órgãos na troca de experiências e na cooperação em programas para melhoria de políticas públicas e da qualidade de vida das nossas populações", disse o

ministro, no discurso. Em nota divulgada nesta tarde, o Planejamento comunicou que a regularização com o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) foi, de fato, um dos destaques dos pagamentos efetivados neste ano.

"Em abril de 2023, o governo brasileiro quitou sua dívida com o Focem, no valor total de US\$ 99 milhões. Além de contribuir para o andamento dos projetos do Fundo em todos os países do Mercosul e reafirmar o compromisso do Brasil com a integração regional, a regularização dos compromissos perante o Focem permite que sejam aprovados novos projetos em território brasileiro, em um montante total de aproximadamente US\$ 70 milhões não-reembolsáveis. O focem beneficia entes-subnacionais e instituições localizadas na fronteira com países do bloco. Para apresentar um projeto, é preciso que a cidade beneficiada esteja na faixa de fronteira com km de distância da linha de fronteira)", detalhou o Planejamento.

O volume já liquidado inclui o pagamento realizado nesta quarta-feira ao Instituto Social do Mercosul - ISM, de aproximadamente R\$ 14,6 milhões. O governo quitou ainda a dívida de R\$ 17.6 milhões ao Parlamento do Mercosul - Parlasul e de R\$ 4.2 milhões à Secretaria do Mercosul - SM.

"O País acumulou até o final de 2022 uma dívida de cerca de R\$ 5 bilhões com aproximadamente 120 organismos e fundos internacionais, incluindo dívidas de exercícios anteriores e as relativas ao exercício de 2023. A maior parte dos atrasos se concentrou nos últimos 6 anos. Ainda resta pagar até o final do ano cerca de R\$ 1,2 bilhões para saldar toda a dívida com organismos internacionais", informou a pasta comandada pela ministra Simone Tebet, que também participou da Cúpula do Mercosul, no Rio de Janeiro, como representante da equipe econômica

do governo brasileiro.

O Ministério do Planejamento e Orçamento lembrou ser responsável pelos pagamentos de contribuições de todos os orgaos países do Mercosul (até 150 nismos internacionais do qual o Brasil participa, além de integralizações de cotas a bancos internacionais e de recomposição a fundos internacionais. As contribuições permitem a participação e o direito a voto do Brasil nas instituições, enquanto as integralizações de cotas feitas a bancos internacionais visam a aquisição de ações dessas instituições.

"O próximo avanço no tema dos compromissos internacionais é a alteração do tratamento orçamentário desse tipo de despesa. Nesse sentido, o PLOA-2024 traz como proposta a reclassificação das despesas resultantes de compromissos firmados pelo Brasil por meio de tratados internacionais. Como esses tratados são internalizados por meio de Decreto Legislativo e de Decreto de Promulgação presidencial, tornamse obrigação legal. A classificação de tais despesas como obrigatórias corrige uma inadequação histórica e confere mais previsibilidade à atuação internacional do Brasil em nível multilateral", concluiu o Planejamento.

#### Essequibo

# Guiana acionará Conselho de Segurança da ONU contra Venezuela

GABRIEL BUENO DA COSTA/AE

O presidente da Guiana, Mohamed Irfaan Ali, afirmou que recorrerá ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) contra a "alegação ilegal" da Venezuela pelo controle da região de Essequibo. Ele lembrou que o território reivindicado pelo vizinho corresponde a dois terços da área da Guiana e criticou a postura de Caracas como "uma ameaça direta à integridade territorial, à soberania e à independência política da Guiana".

O líder ainda menciona o Brasil como um dos países com os quais têm tratado do assunto.

As declarações estão em comunicado divulgado nesta quarta-feira e registram declarações dadas pelo presidente, aparentemente na noite de terca-feira.

Ele criticou a votação popular realizada na Venezuela sobre o

tema, considerando-a ilegal. Irfaan Ali disse que comentou o caso com o secretário-geral da Organização das Nações Unidas e com vários Líderes. Segundo ele, trata-se de uma "grave ameaça" à paz e a segurança internacionais.

O presidente da Guiana diz que tem tratado do tema em órgãos multilaterais, como a Comunidade do Caribe (Caricom), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Commonwealth, bem como com "muitos parceiros bilaterais", entre eles Estados Unidos, Brasil, Reino Unido e

As Forças Armadas da Guiana "estão em alerta total", acrescentou

Irfaan Ali diz que não recuará de tramitar no Tribunal Internacional de Justiça, e acrescenta que a corte terá a palavra final sobre o tema. "Não permitiremos que nosso território seja violado nem que o desenvolvimento do nosso país seja impedido por esta ameaça desesperada", afirmou.